

REQUERIMENTO N° , DE 2017 - CAE

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o tema “O impacto das privatizações para as políticas de desenvolvimento nacional, soberania e segurança energética”, com a participação de especialistas no tema representantes dos governos estaduais, organizações da sociedade civil dos estados e municípios atingidos pelas medidas, federações de trabalhadores e centrais sindicais. Desta forma, requeiro o convite para participação dos seguintes convidados:

- i. **Carlos Mariz**, Engenheiro e Advogado;
- ii. **Gustavo Teixeira**, Representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE);
- iii. **Luiz Pinguelli Rosa**, Professor da UFRJ e ex-Diretor da Eletrobrás;
- iv. **Maurício Tolmasquim**, ex-Presidente da Emprese de Pesquisa Energética
- v. **Nelson José Hubner Moreira**, ex-Diretor da ANEEL, Membro do Conselho de Administração da CEMIG e ex-Ministro Interino do Ministério de Minas e Energia
- vi. **André Araújo**, Empresário e Advogado
- vii. **Carlos Bitencourt**, Especialista em Política de Mineração
- viii. **Carlos Nogueira**, Instituto de Desenvolvimento da Mineração e ex-Secretário Nacional de Política de Mineração
- ix. Representante do Instituto de Justiça Fiscal
- x. **Antônio Claret de Oliveira**, Presidente da INFRAERO

SF/1705.45453-26

xi. Alexandre Cabral, Presidente da Casa da Moeda do Brasil

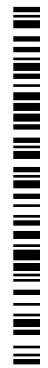
xii. Representante do Sindicato Nacional dos Moedeiros

JUSTIFICATIVA

O governo federal anunciou no dia 23 de agosto de 2017 que pretende privatizar 57 (cinquenta e sete) empresas e projetos, incluindo a Eletrobrás, Casa da Moeda, a Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex), os aeroportos de Congonhas (SP), Recife (PE), Maceió (AL), João pessoa (PB), Aracaju (SE), Juazeiro do Norte (CE), Campina Grande (PB), Várzea grande (MT), Rondonópolis (MT), Sinop (MT), Barra do Garças (MT), Alta Floresta (MT), Vitória (ES) e Macaé (RJ). O governo também pretende vender a participação de 49% que tem, por meio da Infraero, nos aeroportos de Guarulhos (SP), Brasília (DF), Confins (MG) e Galeão (RJ). Está previsto, igualmente, a concessão da rodovia BR-364 (trecho Comodoro/MT- Porto velho/RO) e a relíctação do trecho da BR-153 entre Anápolis (GO) e Aliança (TO). No setor portuário, serão 15 terminais a serem privatizados, nos portos de Belém (PA), Vila do Conde (PA), Paranaguá (PR), Vitória (ES), Suape (PE) e Porto de Itaqui (MA).

Diversos setores da sociedade levantaram críticas ao anúncio, pois os processos de privatização anteriores não trouxeram os resultados esperados para o país, tendo o patrimônio dos brasileiros sido entregue por preços aviltantes, em detrimento das políticas de desenvolvimento nacional e das estratégias de soberania e segurança do país. Até hoje o Brasil se ressente da entrega do nosso patrimônio e não se sabe o paradeiro dos recursos obtidos com tais privatizações.

Por outro lado, não há ainda, por parte do governo, uma clareza sobre as estratégias a serem definidas para cada caso. Tanto a oposição, quanto o mercado fizeram críticas ao anúncio, pois ele não foi acompanhado, em



SF/1705.45453-26

detalhes, da definição do modelo das ações. É um pacote que mistura um sem número de ativos sem uma estratégia clara, o que pode levar à depreciação dos ativos públicos nacionais e a mais um processo de perda do patrimônio do povo brasileiro.

Além do mais, o anúncio se dá exatamente no momento em que o Governo Federal sofre pressões para demonstrar como conseguirá fechar as contas públicas deste e do próximo ano. A expectativa, com as privatizações, seria obter pelo menos R\$ 40 bilhões em bônus a serem pagos pelos investidores, a maior parte desse valor ainda em 2017 e 2018, incluindo o que seria obtido com a venda da Eletrobrás. Somente a Eletrobrás tem hoje um faturamento anual em torno de R\$ 60 bilhões. Desta forma, o governo estaria “vendendo” o patrimônio com o objetivo único de recompor seu equilíbrio fiscal, a preços muito abaixo do valor real, o que seria uma insanidade.

Por fim, não foram apresentados, juntamente com o anúncio das privatizações, qualquer estudo para justificá-las.

A forma açodada como se pretende privatizar o patrimônio nacional, sem planejamento de longo prazo, sem avaliação de impactos no desenvolvimento regional, sem estratégia de retomada do crescimento do país e sem que os interesses da população sejam preservados, necessita ser amplamente discutida e denunciada.

Sala da Comissão,

Senador Lindbergh Farias

Líder do Partido dos Trabalhadores



SF/17055.45453-26